

FALTA DE ESTRATÉGIA

O momento atual da economia brasileira é marcado não só pela instabilidade cambial, mas por uma deterioração do quadro, em que prevalecem a estagnação das atividades, juros elevados, aumento do desemprego, queda da massa salarial, elevação dos indicadores de inadimplência, ou seja, um cenário indicativo de recessão, pelo menos no primeiro semestre do próximo ano.

Por outro lado, cresce a expectativa e o clamor da sociedade por um novo desenho de política econômica, de forma que seja preservada a estabilização, mas que se avance nas condições para o desenvolvimento. O imperativo do crescimento econômico se mostra como algo inevitável para um país que tem um crescimento da PEA (População Economicamente Ativa) de 2,5% ao ano. Ou seja, 1,8 milhão de novos jovens entram no mercado de trabalho a cada ano, o que implica necessidade de geração de lugares de trabalho compatíveis, o que só se viabiliza com um crescimento contínuo da economia de 5% a 6% ao ano.

Como tudo no Brasil tende ao exagero, saímos de uma inflação crônica, forte participação estatal e pouca abertura ao exterior dos anos oitenta, para a deflação atual, combinada com uma excessiva abertura comercial, além de regulamentação e coordenação insuficientes do estado. De fato, mudou o papel do estado, que sai da posição de produtor e limitador da participação de produtos e empresas estrangeiras, para o importante papel de regulador da concorrência e articulador das políticas de competitividade.

E aí temos um grande problema representado pela falta de estratégia na elaboração das políticas de desenvolvimento, o que é agravado com a timidez das medidas de defesa da concorrência predatória e do dumping, e a inadaptação dos fatores de competitividade sistêmica, nos quais o empresário tem pou-

ca influência, mas que são decisivos para a isonomia competitiva nesse campo. Ocorre que juros, tributação, infra-estrutura e burocracia continuam sacrificando os produtores locais, comparativamente aos concorrentes internacionais.

O efeito direto dessas distorções é a queima de divisas e de lugares de trabalho, o que só agrava a vulnerabilidade externa da economia brasileira e a deterioração do quadro social. A abertura da economia deve ser um instrumento de geração de riqueza e não o contrário. Por isso deve estar articulada com um projeto de desenvolvimento que compartilhe a competitividade com a geração de valor e lugares de trabalho locais e o aumento das exportações.

Portanto, está mais do que na hora da articulação de governo e sociedade no fomento das ações no sentido de viabilizar o crescimento econômico. Isso evidentemente não exclui o cuidado com a estabilização e a atenção no avanço das reformas estruturais, especialmente nas áreas fiscal-tributária, previdenciária e administrativa. Mas seria ingênuo acreditar que somente essas ações seriam suficientes para garantir o desenvolvimento.

Países dos diversos níveis de riqueza têm implementado políticas de defesa comercial, fomento à produção local, incentivo às exportações. A tal globalização se caracteriza em um jogo de profissionais, onde quase sempre o discurso liberal não combina com a prática deliberada no sentido protecionista e intervencionista da política econômica. Nesse ponto, para o gosto dos liberais de plantão, podemos com segurança copiar os Estados Unidos, que são mestres no assunto...

■ Antônio Corrêa de Lacerda, é o presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), professor da PUC-SP e autor de "O Impacto da Globalização na Economia Brasileira" (Editora Contexto). E mail: lacerda@cofecon.org.br